ECONOMIA

B6

Diário do Pará

Governo quer cortar juro de banco

Quem garante é o sócio e economista-chefe do banco BTG Pactual, Eduardo Loyo. Segundo o ex-diretor do Banco Central, esse é o próximo desafio da equipe econômica após a taxa Selic atingir o seu piso histórico

JURO BANCÁRIO

Flavia Lima

pós a taxa Se-lic atingir o seu piso histórico, a redução dos juros cobrados nos empréstimos bancários é o próximo desa-

fio na economia.

Quem diz isso é Eduardo
Loyo, 51, sócio e economistachefe do banco BTG Pactual.

Em entrevista, o ex-diretor do Banco Central diz
que a reforma da Previdência deve continuar dominarcia deve continuar dominando a agenda econômica e sugere que, se os congressistas temem as eleições, a votação pode ser deixada para os me-

pode ser deixada para os me-ses finais de 2018.
Para Loyo, o próximo go-verno deve mirar mudanças na dinâmica de gastos com salários, mas observa: não vale apoiar qualquer candi-dato, mesmo que abrace a agenda considerada correta.

Pergunta - A reforma da Previdência sai? Eduardo Loyo - Quan-to mais a gente se aproxi-ma das eleições, mais difi-cil fica. Mas há uma janela alternativa, ainda em 2018. Existe um pedaço do ano Existe um pedaço do ano que não vai estar às véspe ras das eleições: o período depois delas. Mas é claro que prefiro ver isso resolvi-do logo.

O Congresso em fim de mandato teria legitimidade para votar a reforma? - Seria mais interessante para o país fazer agora. Mas,

para o pais tazer agora. Mas, se não conseguir, será que é melhor esperar e fazer so-mente em 2019? Em 2018, a janela de oportunidade em que mais acredito é o fim do ano.



Eduardo Lovo novo governo deve mirar dinâmica de gastos salariais

proposta pode ser alte-a ainda mais. O que acha

Seria ruim se houvesse uma diluição adicional, e toruma diluição adicional, e tor-ço para que seja aprova-da no formato que estava em discussão recentemente. Preservar esse formato é im-portante, não só em nome do ganho fiscal mas também para corrigir desigualdades de tratamento.

Qual é a agenda econômica prioritária do ano que vem? - Sem a reforma neste ano, não é difícil responder: a aprovação da Previdência.

 No ano que vem ain-da é equacionável. Em 2019 vai se tornar mais complicado. As questões associadas ao teto são mais difíceis. Vamos ter que olhar para programas que tenham perdido seu ob-jeto, como o abono salarial. Acredito que seria razoável redirecionar parte dos recursos para outro programa mais focalizado em redução de de-sigualdade e pobreza.

O debate econômico vai definir o resultado da elei-

ção?

- Talvez não. Mas votar com a ilusão de que temos uma lista de questões e a econômica é só mais uma delas não é uma avaliação correta. Ela tem um peso maior. Falando de eleições, o centro do espectro político está demorando demais a se defi-

Não sei se seria realis-Não sei se seria realis-ta imaginar que o centro já pudesse ter se definido de maneira mais consolidada ou cooperativa. É natural que haja disputa por posições.

Não há risco de perder for-

Certamente. Quanto mais ele demora, o consenso geral é que menos chances ele terá de ter sucesso. Mas meu palte é que o quadro não vai definir muito rápido. Vamos continuar durante muitos meses meio sem saber se-quer quem são os cavalos no náreo

A alta do PIB em 2018 pode favorecer um candidato com a agenda de reformas? - Não é favorecer um can-

- Não é favorecer um candidato, mas favorecer que os candidatos se sintam mais à vontade para abraçar essa agenda numa medida maior do que o fariam se estives-sem se deparando com sacrificio, sacrificio es acrificio em nome de beneficios só depois de amanhā. Esperamos alta de 2,7% para o PIB em 2018.

nal.

- É verdade. Mas o desem-prego está caindo mais cedo do que a gente imaginava e a renda das famílias vai se re-cuperando, dando sustenta-ção à recuperação do consu-mo e da atividade em geral.

E mexer na tributação para reduzir desigualdade?

- O histórico da tributação de grandes fortunas não é animador. Tributação sobre herança é uma discussão vólida. A nosas é mais baixa do que em outros lugares. Mas acho que ha na parta mas sé acho que há na pauta uma sé rie de medidas para melho-rar a contribuição do aparato fiscal para a distribuição de nscai para a distribuição de renda que nem sequer dizem respeito à tributação. Sendo ela o que é, vamos pelo me-nos fazer com que os gastos não sejam concentradores de renda. Estou falando da Pre-vidência, da redução de subsídios. As questões tributárias terão que ser discutidas em seguida.

A velocidade de queda do uro foi adequada?

- O Banco Central foi conservador no fim de 2016, mas lá ninguém achava que a in-flação ia cair do jeito que

caiu. Eu mesmo tive reparos à condução da política monetá-ria, mas no sentido contrário, de achar que o corte estava sendo rápido demais ao lonsendo rápido demais ao lon-go de 2017. E reconheço que foi melhor do que eu mesmo poderia ter sugerido. Vimos uma execução magistral em termos de desinflação.

O que esperar para o juro e a inflação? - Neste ano, a inflação fe-

- Neste ano, a inflação fecha mesmo abaixo do piso. Em 2018, a inflação deve ficar perto de 4% ou um pouquinho acima. Projetamos juro em 6,75% em fevereiro e vai ficar ai pelo restante do ano. O fato é que estamos chegando ao limite do que é adequado fizar com a taxa básica. Pode ser que ela fique em 6,5%, 6,75% ou 7%, mas já estamos agora afunimas já estamos agora afuni-lando as possibilidades.

lando as possibilidades.

Acho que a próxima fronteira em termos de normalização do quadro de juros no
Brasil é que os juros cobrados nos empréstimos, principalmente às pessoas fisicas,
acompanhem toda a queda
da Selic. A correlação para
as pessoas jurídicas não é tão
estreita quanto é haza pessoaestreita quanto é para pesso

Por que os juros não caí-

ram?
- Depende do quadro de incerteza que vigora no período em que esses financiamentos são concedidos e cambám depende um pouco também depende um pouco das condições da oferta e da

Qual a expectativa?
- Que isso vá se norma-lizando, não de um minuto

para outro. Assim como não para outro. Assim como nao temos expectativa de que a curva futura de juros vá se convencer da noite para o dia que não tem mais aquele pe-rigo de que os juros não pre-cisem subir.

De que se trata esse perigo?
- Sou cauteloso, Você difi-cimente ouvirá de mim que, do ponto de vista da recu-peração, da dinâmica própria da inflação, não há nenhum perigo. Mas não acho que seja esse o temor principal. Ele está associado à políti-ca e, em última instância, se o Brasil vai mesmo insistir o Brasil vai mesmo insistir e continuar fazendo progres-sos na agenda geral de refor-

Existe um calendário elei-Existe um calendario elei-toral em 2018 do qual esse progresso vai depender. Há um fator secundário, que é o cenário externo. Ele deve continuar calmo, mas tam-bém nesse caso o temor de que não seja assim está pre-

Quando a Selic volta a su-

bir?

- É bastante provável que os juros tenham que subir um pouco em relação ao nível atual. Temos 8% em 2019, que é uma alta bem moderada. Mas temos isso anotado a lástic

O BTG Pactual enfrentou reveses com a prisão de An-dré Esteves em 2015. Qual foi o liçõe?

alição?

- A maior lição foi a força de nossa "partnership" [sociedade]. Passamos por um teste de estresse sem precedentes e todo o mundo sabia o que tinha que ser feito e executou à perfeição. Está-vamos todos juntos à mesa. O apoio de nossos clientes e do mercado financeiro foi funercado financeiro foi fun-

Equipe econômica quer veto a mudança no setor mineração

PROJETOS

Julio Wiziack

FOLHAPRESS

A equipe econômica en A equipe economica en-viará ao presidente Michel Temer na próxima semana uma série de vetos aos pro-jetos que criaram a ANM (Agência Nacional de Mine-ração) e mudaram as taxas cobradas das mineradoras. Para os técnicos. da for-

Para os técnicos, da for-ma como foram aprovadas

ma como foram aprovadas pelo Congresso, as medidas rarão alta de despesas e levarão à perda de arrecadação, algo inaceitável em um momento de restrição orçamentária.

Em julho, quando anunciou o programa de revitalização do setor de mineração, Temer enviou ao Congresso três medidas provisórias. Juntas, elas reformariam o setor para destravar investimentos e aumentar a arrecadação com uma nova forma mentos e aumentar a arreca-dação com uma nova forma de cobrança de taxas sobre as atividades de mineração. Com as novas regras, pro-dutores de ferro e ouro pas-

sarão a ter suas alíquotas do bradas, embora elas variem de acordo com a cotação internacional do minério

A transformação do atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora dará

maior autonomia ao órgão. Hoje, quando uma empre-ser pede autorização para fa-zer estudos de viabilidade econômica de uma mina, pode ficar mais de dois anos analisando.

SENTAR NA MINA

Esse processo, ainda se-gundo os técnicos, é manual e, na maior parte das vezes, os grupos econômicos "sentam na mina", criando uma espécie de "reserva de mercado", porque os processos no DNPM são lentos e buro-

A medida provisória tor-naria eletrônico o procedi-mento, permitindo a entra-da de outros interessados se os prazos não se cumprirem. Ao fazer a fila andar, investi-mentos serão grandos mentos serão gerados

No entanto, isso não pros No entanto, isso não pros-perou. A medida provisória que trazia novo marco regu-latório para a mineração per-deu a validade, e Temer terá de enviar outra sobre o as-sunto ao Congresso no pró-ximo ano se quiser destravar investimentos no setor. Em outubro, o Congres-so só aprayou a criação

so só aprovou a criação da ANM e o aumento das alíquotas cobradas sobre exploração de substâncias minerais, conhecida como Cfem (Compensação Finan ceira pela Exploração de Re cursos Minerais).

AVISOS, ATAS E EDITAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÓNICO N° 077/TJPA/2017 DBJETO: Registro de preços par

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

P Bradesco

2. Av. João Wallig. 1,800 - 4° andar Shopping Iguadem i - Porto A Iegre Pra S. La JUEERGS so bn "168/00, faz saber, através do presente Edital, qu inscrito no CNP 30 bn "6,074,094,0001-12, promoverá a venda er datas, hora e local infracitados, na forma da Lel n" 9,514/79, 5,82m" (coberta) 10,35m" (deceoberta), Mart, 26,847 do 2º Ri local Dh. Lance mínimo: R\$ 186,201,51. 2º Leilão: 16/01/2018, às 10h h. Lance mínimo: R\$ 186,201,51. 2º Leilão: 4 vista, mais comissão hado no 1º cellado, Condição de pagamento: a vista, mais comissão